

EDITORIAL

A quarta edição da Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U) singra pelo conhecimento com a mesma harmonia e ritmo das edições anteriores, características que se tornaram sua marca indelével, como se tatuagem fosse. Tais desejados atributos só se tornam possíveis graças ao incansável trabalho de seu Editor e do seu Conselho Editorial.

O número 2 do 2º volume da RDC-U conta com artigos somente em português, sendo um deles com autor afiliado a universidade estrangeira. Ainda, 62,5% deles são exógenos ao Estado do Paraná e 50% deles possuem ao menos um coautor com título de Doutorado.

Os autores dos artigos deste número são vinculados a 10 (dez) universidades diferentes, de 2 países distintos (Portugal e Brasil), com representação de 5 unidades da federação de 3 regiões do país: Sul (Rio Grande do Sul e Paraná), Nordeste (Piauí e Paraíba) e Norte (Rondônia), que demonstra a vocação plural da Revista.

O primeiro artigo, de autoria de Elisama Lopes Silva, Suzane Lopes e Oliveira e Joana de Moraes Souza Machado, investiga como o Direito das Famílias se relaciona com as tecnologias e como elas influenciam as relações familiares, em especial o impacto das redes sociais no processo de divórcio e de guarda familiar.

Auricélia do Nascimento Melo e Rafaela Kelly Silva Sousa nos brindam com um trabalho sobre a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários de empréstimos para capital de giro adquiridos por pessoas jurídicas. A partir de uma pesquisa pautada em artigos científicos e casos concretos, busca-se analisar a vulnerabilidade da pessoa jurídica num contexto científico, jurídico, socioeconômico e informacional.

Camila Silveira Stangherlin, no terceiro trabalho da RDC-U, analisa como a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, implementada pela Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) seria um progresso em prol da concretização do direito de acesso à justiça, sobretudo ao promover a disseminação de métodos consensuais para resolver conflitos. A partir deste documento, a autora se questiona qual seria a leitura possível ser feita acerca do panorama da autocomposição judicial no país.

O quarto artigo selecionado para a composição da obra, de Diego Turbino Dutra, examina não apenas a Convenção Internacional para a proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, como também os direitos nela inseridos. Destaca-se, ainda, a investigação de julgados

selecionados da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre Direitos Migratórios dos Trabalhadores para aprofundar o tema.

Ao analisar os processos de estudo e de construção da Usina Hidrelétrica de Tabajara e a atuação do Ministério Público na fiscalização dos direitos das populações indígenas residentes em regiões próximas à obra, Isabel Cristina Silva Cristo e Rafael Ademir Oliveira de Andrade se deparam com a tensão entre os prejuízos causados às populações tradicionais decorrentes da obra, os direitos fundamentais e a atuação do Ministério Público Federal.

Os últimos três artigos selecionados são oriundos de trabalhos e estudos de alunos egressos do curso de Direito do UNIDEP, a revelar a efervescente e atividade científica dentre os discentes da faculdade.

Gabriel Maranoski Neto, sexto autor, analisa as cotas raciais em concursos públicos, a sua fundamentação e a sua eficácia para a redução de desigualdades raciais. Conclui que o Estado deve atuar de maneira mais atuante nesta pauta social e que a referida política pública mitiga os efeitos do racismo estrutural da sociedade brasileira.

Julia Dambrós Marçal e Maria Eduarda Pagnoncelli assinam o sétimo artigo desta edição. Abordam as autoras o crime de estupro de vulnerável, juntamente com as potenciais reduções dos efeitos penais em situações em que existe uma pequena diferença de idade entre os envolvidos na prática sexual. Destaca-se, nesse estudo, a busca de jurisprudências dos Tribunais de Justiça da região sul do Brasil entre 2018 e 2022 para melhor compreensão das decisões e dos argumentos neles suscitados

Wellynton Pizato e Vithoria Simões Manfron Barros Pires analisam de forma primorosa o tema das falsas memórias e a sua correlação com o racismo estrutural e a identificação de pessoas em reconhecimentos fotográficos durante o inquérito policial.

Em nome da RDC-U, agradeço a todas e todos pareceristas *ad hoc* da Revista, com o propósito de manter em alto nível a avaliação e seleção dos originais que são submetidos à revista. Agradeço o editor Prof. Me. Murilo Henrique Garbin pelo convite para escrever este Editorial, assim como todo o trabalho de revisão e diagramação que realiza.

Desejamos ao nosso público-leitor uma excelente leitura.

Guilherme Martelli Moreira

Doutorando e Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Professor de Direito no Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP)

EDITORIAL

The fourth edition of the Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U) sails through knowledge with the same quality as its previous editions, a feature that have become its indelible mark, akin to a tattoo. These desired attributes are only made possible through the tireless work of its Editor and Editorial Board.

Number 2 of the 2nd volume of RDC-U features articles exclusively in Portuguese, one of which authored by an affiliate of a foreign university. Furthermore, 62.5% of them originate outside the state of Paraná, and 50% of them have at least one co-author with a Ph.D. title.

The authors of the articles in this issue are affiliated with 10 different universities from 2 different countries (Portugal and Brazil), representing 5 federal units from 3 regions of the country: South (Rio Grande do Sul and Paraná), Northeast (Piauí and Paraíba), and North (Rondônia), demonstrating the plural vocation of the Journal.

The first article, authored by Elisama Lopes Silva, Suzane Lopes e Oliveira, and Joana de Moraes Souza Machado, investigates how Family Law relates to technologies and how they influence family relationships, particularly the impact of social media on divorce and family custody processes.

Auricélia do Nascimento Melo and Rafaela Kelly Silva Sousa present a study on the applicability of the Consumer Defense Code to loan agreements for working capital acquired by legal entities. They aim to analyze the vulnerability of legal entities in a scientific, legal, socio-economic, and informational context based on scientific articles and specific cases.

Camila Silveira Stangherlin, in the third paper of RDC-U, examines how the National Judiciary Policy for Adequate Treatment of Conflicts of Interest, implemented by Resolution No. 125, of November 29, 2010, by the National Council of Justice (CNJ), could be a step towards the realization of access to justice, especially by promoting the dissemination of consensual methods for conflict resolution. From this document, the author questions what possible interpretation can be made regarding the panorama of judicial self-composition in the country.

The fourth article selected for this issue, authored by Diego Turbino Dutra, examines not only the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families but also the rights included therein. It highlights an investigation of selected judgments from the Inter-American Court of Human Rights on Migrant Workers' Rights to delve deeper into the topic.

In analyzing the study processes and constraints of the Tabajara Hydroelectric Power Plant and the Public Prosecutor's Office's role in overseeing the rights of indigenous populations residing near the project, Isabel Cristina Silva Cristo and Rafael Ademir Oliveira de Andrade encounter the tension between the damages caused to traditional populations resulting from the project, fundamental rights, and the actions of the Federal Public Prosecutor's Office.

The last three selected articles originate from works and studies of alumni from the UNIDEP Law course, revealing the effervescent scientific activity among the college's students.

Gabriel Maranoski Neto, as the sixth author, analyzes racial quotas in public contests, their foundation, and their effectiveness in reducing racial inequalities. He concludes that the State should act more actively in this social agenda and that said public policy mitigates the effects of structural racism in Brazilian society.

Julia Dambrós Marçal and Maria Eduarda Pagnoncelli sign the seventh article of this edition. The authors approach the crime of statutory rape, along with potential reductions in penal effects in situations where there is a small age difference between those involved in the sexual practice. This study highlights the search for jurisprudence from the Courts of Justice in the southern region of Brazil between 2018 and 2022 to better understand the decisions and arguments raised therein.

Wellynton Pizato and Vithoria Simões Manfron Barros Pires masterfully analyze the topic of false memories and their correlation with structural racism and the identification of individuals in photographic identifications during police investigations.

On behalf of RDC-U, I would like to thank all the ad hoc reviewers of the Journal, aiming to maintain a high level of evaluation and selection of the originals submitted to the Journal. I thank the editor Prof. Me. Murilo Henrique Garbin for inviting me to write this Editorial, as well as all the work of review and layout that he performs.

We wish our readers an excellent reading.

Ph.D. candidate and Master in Economic Law and Development at the Pontifical Catholic University of Paraná Law Professor at Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP)

Guilherme Martelli Moreira

Ph.D. candidate and Master in Economic Law and Development at the Pontifical Catholic University of Paraná Law Assistant Professor at Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP)